



# DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

quinta-feira, 27 de março de 2014 **Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013.** Edição nº169 Ticket:16900

**I) Gabinete do Prefeito**  
**Despachos Do Prefeito Municipal**

**Deferimentos:**

**Férias Prêmio:** Protocolo nº 16.835 de Valdeir Sanches.  
Prefeitura Municipal de Albertina/MG, 26 de março de 2014.

Rovilson Edivino Ferreira  
Prefeito Municipal

**II) Secretaria de Administração**  
Não há publicação.

**III) Secretaria de Educação**  
Não há publicação.

**IV) Secretaria de Saúde**  
Não há publicação.

**V) Controladoria Geral do Município**  
Não há publicação.

**VI) Diretoria de Assistência Social**  
Não há publicação.

**VII) Licitações e Contratos**

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

**Contrato nº. 018/2014**  
**Processo Licitatório nº 00018/2014 – PREGÃO nº 00005/2014.**

**Partes:** Município de Albertina e JOSE CARLOS VAZ - ME

**Objeto:** Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de consumo, os quais serão destinados à merenda escolar, para os alunos das escolas municipais de ensino fundamental e infantil e gêneros alimentícios e materiais de consumo para as secretarias de administração e saúde.

**Prazo:** 19/09/2014

**Valor: R\$ 8.736,00** (Oito Mil Setecentos e Trinta e Seis Reais )

**Dotação Orçamentária:**

REDUZIDO	DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
59	02.02.01.04.122.5014.4.010.3390.30.00
208	02.03.01.12.365.5032.4.037.3390.30.00
220	02.03.02.12.361.5034.4.039.3390.30.00
280	02.03.05.12.361.5036.4.049.3390.32.00
291	02.04.01.10.301.5039.4.050.3390.30.00

**Data:** Prefeitura Municipal de Albertina, 19 de março de 2014.

**HOMOLOGAÇÃO**

**HOMOLOGO** o Processo Licitatório nº 00025/2014, Pregão Presencial nº 00006/2014, tendo como objeto aquisição de carnes com a finalidade de atender a merenda escolar para a secretaria municipal de educação para que a ADJUDICAÇÃO nele procedida produza seus jurídicos e legais efeitos.

Determino que seja dada ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Prefeitura Municipal de Albertina/MG, 26 de março de 2014.

ROVILSON EDIVINO FERREIRA  
Prefeito Municipal

**HOMOLOGAÇÃO**

**HOMOLOGO** o Processo Licitatório nº 00026/2014, Pregão Presencial nº 00007/2014, tendo como objeto aquisição de produtos químicos para utilização na estação de tratamento água, deste município para que a ADJUDICAÇÃO nele procedida produza seus jurídicos e legais efeitos.

Determino que seja dada ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Prefeitura Municipal de Albertina/MG, 26 de março de 2014.

ROVILSON EDIVINO FERREIRA  
Prefeito Municipal

**VIII) Atos Oficiais**

**Lei nº 1.110, de 26 de Março de 2014.**

**“Altera o artigo 3º da Lei nº 989, de 27 de outubro de 2006”.**

O Prefeito Municipal de Albertina, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º O caput do artigo 3º da Lei nº 986, de 27 de Outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O FMAS será gerido pelo Prefeito Municipal e pela Secretária Municipal de Saúde, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.”

Art. 2º Revogando-se as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Albertina/MG, 26 de Março de 2014.

Rovilson Edivino Ferreira  
Prefeito Municipal

**Lei nº 1.111, de 26 de Março de 2014.**

**“Autoriza os representantes da Fazenda Pública Municipal a celebrarem acordo em processos administrativos e transacionar em processos judiciais em que o Município de Albertina, suas autarquias e fundações públicas forem interessados, autores, réus ou**



# DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

quinta-feira, 27 de março de 2014 **Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013.** Edição nº169 Ticket:16900

**tiverem interesse jurídico na qualidade de assistentes ou oponentes, e dá outras providências.”**

Art. 1º Ficam os representantes da Fazenda Pública Municipal autorizados a promoverem acordos judiciais e extrajudiciais em processos administrativos e judiciais em que o Município de Albertina, suas Autarquias e Fundações Públicas forem interessados ou partes na qualidade de autores, réus ou mesmo tiverem interesse jurídico na qualidade de assistentes ou oponentes, nos casos em que o objeto do processo versar sobre direitos disponíveis e de cunho meramente patrimonial, cujo valor da causa não exceda o valor de alçada dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, criados pela Lei Federal nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Os débitos inscritos em dívida ativa poderão ser objeto de acordo no âmbito administrativo ou de transação em execução fiscal, nos termos e condições que a lei fixar, ainda que superiores ao limite indicado no *caput* deste artigo.

Art. 2º Não serão objeto de acordos em processos administrativos e judiciais:

I – as ações de mandado de segurança e por atos de improbidade administrativa;

II – os que envolvam pretensões que tenham como objeto bens imóveis do Município, Autarquias e Fundações Públicas a eles vinculadas, salvo se as condições se mostrarem mais benéficas para o Patrimônio Público;

III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos ou outras sanções disciplinares aplicadas a eles.

§ 1º Nas fases administrativa e judicial dos processos de desapropriação e de divisão e demarcação poderão ser celebrados acordos e transações, desde que respeitados o interesse público primário, os princípios da economicidade, da justa indenização, da razoabilidade e da proporcionalidade, como forma de solução rápida dos conflitos.

§ 2º Nas ações populares somente se admitirá transação nas hipóteses em que seja possível à Administração Pública Direta e Indireta reconhecer de plano o vício do ato que causou lesão ao patrimônio público, histórico, paisagístico, ambiental e urbanístico, limitada a transação à anulação do referido ato que gerou o dano.

§ 3º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor referido no *caput* do artigo 1º, desta Lei.

§ 4º Os acordos firmados em sede de processos administrativos que envolvam pagamento em dinheiro dependerão de prévia dotação orçamentária e serão precedidos de avaliações, laudos e/ou vistorias realizadas pelos órgãos competentes da Administração Municipal.

§ 5º Na impossibilidade de elaboração de laudos administrativos que determinem a expressão monetária da pretensão do administrado, poderão servir como elementos para embasar a proposta financeira do acordo:

I – orçamentos prévios apresentados pelo interessado, e ratificados e homologados pela Administração, por seus órgãos técnicos competentes de compras, licitações e patrimônio, considerando-se sempre a proposta mais vantajosa para o erário para servir de parâmetro para o acordo financeiro;

II - orçamentos elaborados pela própria Administração, com base nos preços praticados no mercado, considerando-se sempre a proposta mais vantajosa para o erário para servir de parâmetro para o acordo financeiro.

Art. 3º Salvo as hipóteses expressamente vedadas em lei, os representantes da Fazenda Pública Municipal poderão desistir da ação proposta quando haja evidente e clara vantagem para o erário, observados os princípios da oportunidade e da conveniência administrativa e ainda os da moralidade, economicidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de recursos contemplados nas dotações orçamentárias próprias ou por meio de abertura de créditos adicionais.

Art. 5º. Revogando-se as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Albertina/MG, 26 de março de 2014.

Rovilson Edívino Ferreira  
Prefeito Municipal

---

**IX) Concursos Públicos**

Não há publicação.

---

**X) Publicações Diversas**

Não há publicação.

---

**XI) Poder Legislativo**

Não há publicação.

---